

## A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul: a contratação temporária de professores como flexibilização das relações de trabalho

**João Genaro Finamor Neto**  
UFRGS  
gefinamor@gmail.com

### Introdução

O trabalho faz parte do desenvolvimento de um projeto de pesquisa de mestrado em educação, realizado no programa de pós-graduação em educação da UFRGS, que busca discutir a contratação temporária de professores na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul como forma de precarização das relações de trabalho destes trabalhadores. Aqui, apresentamos as categorias e metodologia que subsidiam a referida pesquisa.

Para a compreensão do fenômeno da precarização do trabalho, olhamos para o mundo da produção capitalista e a sua reestruturação, ocorrida a partir da crise capitalista da década de 1970. As mutações no mundo do trabalho que daí decorrem afetam a totalidade da produção, incluindo desde novas formas de organização do

processo de trabalho, até novas formas de funcionamento da produção, perpassando também por novas formas de contratação da força de trabalho. É desse movimento de reestruturação que emerge a atual flexibilização das relações de trabalho, motivada pelas necessidades da acumulação capitalista.

Buscamos compreender esse movimento no âmbito dos trabalhadores docentes do serviço público, na rede estadual do RS, tomando o neoliberalismo, o movimento da reforma do aparelho do estado e a redefinição das suas funções. Assim, fica evidente o contexto de surgimento e o conteúdo da Lei Estadual nº 10.376, de 1995, que institui a contratação emergencial, por tempo determinado, de professores. Realizamos uma caracterização do trabalho docente e sua materialidade no âmbito da rede estadual de educação do RS observando as políticas que operam a favor de um projeto de educação. Por fim, buscamos situar a questão metodológica utilizada para a realização da pesquisa.

## 1- Capital, trabalho e a produção capitalista.

Tomando a concepção materialista da história, olhamos para as relações de produção como fundamento da produção e reprodução social. Assim, observamos a sociedade capitalista e suas principais contradições para situarmos o lugar que o trabalho ocupa nela. Submetido à dominação pelo capital, o trabalho, em sua forma histórica, como trabalho assalariado, evidencia relações de exploração entre as classes sociais. O trabalho é entendido a partir da sua dupla face (FRIGOTTO, 2009), sendo ao mesmo tempo organizador da vida e objeto de exploração.

A precarização do trabalho é fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, renovando-se e reconfigurando-se conforme o desenvolvimento histórico. A exploração do trabalho assalariado é o ponto fundamental para o entendimento da precarização: a precarização é uma necessidade para a exploração.

Saindo dos elementos abstratos mais gerais, localizamos as relações de trabalho na América Latina a partir da dialética da dependência (MARINI, 2005). Dessa forma, compreendemos a especificidade das formas de exploração do trabalho nesses

países a partir do seu papel subordinado e necessário ao centro do capitalismo, operando uma transferência de valores que é compensada com uma superexploração do trabalho.

O estudo do fenômeno da precarização do trabalho, tomando o *mais desenvolvido* (MARX, 2008), nos leva a buscar compreender o fenômeno da reestruturação produtiva e da emergência de um regime de acumulação flexível – a partir da análise da nova morfologia do trabalho, suas principais tendências e suas novas formas de produção de valor (ANTUNES, 2013). A partir dessa referência, olhamos a atualidade trabalhando com a noção de *precarização estrutural do trabalho*.

Os estudos do campo da sociologia do trabalho nos servem para compreender o movimento de reestruturação do mundo do trabalho nas últimas décadas, principalmente, no caso concreto do Brasil, a partir da implementação do neoliberalismo nos anos 90, conforme analisa Alves (2005). Utilizamos a categoria flexibilização como categoria que emerge do campo e que organiza o entendimento do nosso objeto de estudo e sua relação com a *precarização social do trabalho no Brasil* (DRUCK, 2013).

## 2 – Trabalho docente e precarização

O estudo tem como foco de investigação a análise da precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul impulsionado pela contratação temporária, uma forma atípica de contratação de professores surgida a partir da implementação da Lei nº 10.376 de 1995, no contexto da redefinição das funções do estado.

O trabalho docente é analisado segundo Kuenzer (2013), a partir de duas constatações: 1) o trabalho docente inscreve-se no âmbito do trabalho capitalista, e 2) o trabalho docente é trabalho não-material. Analisado no âmbito da rede pública estadual do RS, o trabalho docente, embora improdutivo se analisado do ponto de vista imediato da produção de mais-valia, é atravessado pelas mesmas contradições do trabalho assalariado no modo de produção capitalista. Buscamos também

compreender a materialidade do trabalho docente no âmbito da referida rede estadual observando o projeto educacional em curso e o conteúdo das políticas de estado e governo para a educação.

Para a compreensão da contratação temporária de docentes no RS, historicamente atentamos para a compreensão da reforma do aparelho do estado (1995), política que gerou uma ampla redefinição das funções do estado. O estado, sendo um dos setores onde havia se manifestado os efeitos da crise brasileira dos anos 1980, busca contornar sua crise fiscal e o chamado modelo burocrático a partir da implementação de um *estado gerencial* (BRASIL, 1995), atuando com uma política de ajuste fiscal e contenção de gastos. Através de mudanças institucionais-legais, a legislação trabalhista é alterada no intento da retirada dos direitos do trabalho.

Tomada inicialmente como política para suprir necessidades temporárias, a contratação emergencial de professores tem se tornado numa das principais formas de ingresso na rede estadual do RS. Desde a aprovação da Lei nº 10.376 de 1995 com o governo de Antônio Britto (PMDB – 1995/1999), passando pelos sucessivos governos de Olívio Dutra (PT – 1999/2003), Germano Rigotto (PMDB – 2003/2007), Yeda Crusius (PSDB – 2007/2011) e Tarso Genro (PT – 2011/2015), a contratação emergencial parece ter se constituído em política que vem redesenhando a categoria dos trabalhadores em educação no RS.

Situando ainda o debate sobre a precarização do trabalho docente, atentamos para as novas formas de contratação de professores tomando os conceitos de flexibilização e precarização (OLIVEIRA, 2004) na atual conjuntura das políticas de governo a nível nacional e estadual. Dada a reorganização do aparelho do estado, a rigidez no processo de contratação e demissão da força de trabalho é criticada, sendo apontada a necessidade de uma maior flexibilidade nesses processos, aqui entendida como maior liberdade ao capital para controlar as relações de trabalho. O estado, atuando na contratação da força de trabalho, passa a organizar e executar seus serviços tomando a mesma lógica adotada pelas empresas.

O docente contratado é caracterizado como um trabalhador com menos direitos, que convive com a instabilidade e que está mais vulnerável a uma maior exploração do trabalho. Assim, permite-se ao estado alocar esse trabalhador em qualquer posto de trabalho, remanejá-lo conforme as decisões tomadas pela Secretaria de Educação, aumentar sua carga de trabalho, demiti-lo a qualquer momento, utilizar práticas de pressão e perseguição política, etc. Além disso, a contratação temporária institui maior fragmentação na categoria dos docentes estaduais no RS, tendo repercussões também para os trabalhadores nomeados, que veem seu poder de organização e pressão diminuídos.

### 3 – Método e metodologia

A pesquisa tem como objetivo último a contribuição com a práxis humana, encontrando sentido na transformação da realidade. O conhecimento, mais do que instrumento para o entendimento do real, tem como finalidade a transformação dessa realidade; ele não é apenas contemplação teórica. Assim, possui ele também uma dimensão política, à medida que a transformação da realidade implica em determinados posicionamentos políticos, concepções de mundo, homem e projeto histórico.

Temos como problemática da pesquisa a seguinte pergunta: como se dá a precarização do trabalho dos professores contratados da rede estadual de educação do Rio Grande do Sul a partir do regime de contratação temporária? Objetivamos com isso analisar essa relação e sistematizar, para a categoria dos professores do estado do RS, um acúmulo sobre a discussão dos professores contratados.

Na pesquisa, adotamos categorias metodológicas e categorias de conteúdo (KUENZER, 1998) para pensar na construção teórica do projeto e, posteriormente, após a análise das informações do campo, trabalhar no momento de reconstruir a teoria à luz da empiria. Sobre as categorias de método e categorias de conteúdo, as primeiras “correspondem às leis objetivas, e, portanto, universais, no sentido de que permitem investigar qualquer objeto, em qualquer realidade (idem, p. 66)”. As categorias de

conteúdo são, por sua vez, específicas para cada pesquisa, dependendo dos objetivos a serem alcançados.

Tomando as categorias de método: totalidade, mediação, contradição e historicidade, encontradas no método da economia política (MARX, 2008), e assim buscamos compreender o fenômeno da precarização do trabalho e sua aplicação na particularidade estabelecida. Como perspectiva de trabalho de campo, apontamos o estudo de caso como metodologia articuladora e o questionário e a entrevista semiestruturada como técnicas de pesquisa.

#### 4 – Referências

ALVES, G. O Novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula. Autores Associados: Campinas, 2005.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. IN: ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: IN: ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classes. Rev. Bras. Educ. vol.14 n°.40: Rio de Janeiro, 2009.

KUENZER, A. Desafios Teóricos- Metodológicos da relação trabalho- educação e o papel social da escola. IN: FRIGOTTO, G. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

KUENZER, A. Dilemas da formação de professores para o Ensino Médio no século XXI. IN: AZEVEDO, J e REIS, J. Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

MARINI, R. Dialética da dependência. IN: TRASPADINI, R e STEDILE, J. Ruy Mauro Marini: vida e obra. Expressão Popular: São Paulo, 2005.

A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul: a contratação temporária de professores como flexibilização das relações de trabalho.

*João Genaro Finamor Neto*

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia política. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade, vol. 25, n. 89: Campinas, 2004.